

O ESTUDO DAS QUESTÕES RURALISTAS NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Sandra Helena Gonçalves Costa¹
Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância atribuída às análises das questões ruralistas nos estudos de Geografia Agrária. A produção acadêmica sobre o tema, na produção geográfica brasileira (livros, periódicos, teses e dissertações) permeia a pesquisa de mestrado que analisa os parlamentares que compõem a bancada de representação dos interesses da classe dos proprietários de terra no Brasil - Bancada Ruralista do Congresso Nacional. Estes políticos protagonizam a questão agrária brasileira e estão inseridos nas dinâmicas territoriais de apropriação de terras em meio à lógica do desenvolvimento desigual e combinado no modo capitalista de produção na agricultura. A organização das elites agrárias em torno de agências de representação dos interesses de classe se deu frente ao processo de industrialização na virada do século XX e tem sido retomada ao longo de determinados contextos e disputas políticas e territoriais no Brasil, como no presente contexto econômico neoliberal de avanço do agronegócio, que ocorre também em outros países da América Latina como Argentina e Colômbia, onde a representação ruralista costura os acordos e imposições políticas e econômicas visando expandir a produção de commodities. Os levantamentos apontam que apesar do pouco número dos trabalhos, emerge uma preocupação com a representação ruralista no Brasil, nos estudos de Geografia Agrária.

Palabras Chave: Questão Agrária; Ruralismo, Propriedade da Terra e Território

¹ Mestranda em Geografia Humana - FFLCH/USP. E-mail: sandrajequi@yahoo.com.br

Introdução

Neste artigo trarei parte dos resultados do estudo sobre a bancada ruralista do Congresso Nacional do Brasil, que investiga protagonismo dos parlamentares ruralistas (senadores e deputados) na questão agrária brasileira, bem como as nuances da conflituosa apropriação de terras por estes sujeitos sociais no processo de desenvolvimento capitalista da agricultura.

A Bancada Ruralista é formada por parlamentares oriundos de partidos distintos, que se propõem a defender um assunto ou tema específico, que culminam na defesa dos seus interesses da classe, como proprietários de terra ou capitalistas da agricultura. Ou seja, um grupo de deputados federais e senadores que se mobilizam para defender no Congresso Nacional os interesses dos ruralistas, encaminhando Projetos de Lei, mobilizando suas bases eleitorais e outros deputados e senadores aliados para fazerem pressão sobre o Congresso e o Governo. Além da auto-identificação como ruralistas, em geral, tem diferentes formações profissionais e ao longo de suas trajetórias políticas exerceram cargos públicos eletivos ou não eletivos de esfera municipal, estadual e federal. Estes deputados federais podem ascender a outras posições no Senado, nos ministérios e manterem suas articulações com a bancada da Câmara. Ou seja, transitam para outros cargos do Legislativo e do Executivo para continuar a defesa da expansão capitalista da agricultura.

Neste trabalho discutirei a síntese de um levantamento sistemático acerca da busca por estudos produzidos na Geografia brasileira que tenham se proposto a analisar a ação da Bancada Ruralista, e mais amplamente estudos sobre o Ruralismo, que antecedam ao surgimento da bancada. Para tanto foi feita uma revisão bibliográfica com o objetivo de destacar na análise sobre a questão agrária no Brasil, a importância da questão da ação e da organização da classe dos proprietários de terra, na estrutura burocrática legal do Estado brasileiro. Com este intento, realizei um levantamento bibliográfico em periódicos da Geografia e no Banco Digital de Teses e Dissertações. A busca, primeiramente foi feita pelos títulos dos trabalhos, e constatada no título de artigos e teses a ausência dos termos “Ruralismo”, “Ruralista”, “Bancada Ruralista” a busca passou a ser feita no conteúdo dos trabalhos através dos termos de busca (ruralismo, ruralista, agrarismo, estado, políticos, políticas, parlamentares, proprietários de terras).

A produção consultada compreende os anos de 1949 a 2010. Vale considerar que o surgimento da bancada ruralista no Congresso Nacional foi contextualizado no prenúncio da Assembléia Nacional Constituinte, quando foi articulada, em 1986, a Frente Ampla da Agropecuária. Na mesma década de 80, foi articulada a União Democrática Ruralista (UDR), não foi possível encontrar análises sobre as organizações de interesses ruralistas tais como a SRB, SNA, CNA, OCB, ou acerca de personagens que atuaram por uma política ruralista, e demais formas de organização e práticas por parte dos proprietários de terra frente a algum contexto específico dos arranjos da classe.

Os estudos sobre o ruralismo encontrados na Geografia

Nos referidos periódicos analisados, vinte e dois (22) artigos abordaram ou tangenciaram questões que considero estar ligadas à ação política organizada dos proprietários de terra ou capitalistas da agricultura, quando estes trabalhos discutem as políticas agrícolas, o papel do Estado na implementação das mesmas e sobre a ação política dos proprietários de terra. Não aparece no título de nenhum artigo o enunciado ruralista, ou ruralismo. Embora cinco (5) dentre estes artigos analisados discutiram diretamente a ação ruralista. Farei uma breve discussão sobre os estudos encontrados. O Quadro I a seguir apresenta a relação de todos os volumes dos periódicos de Geografia que foram consultados no levantamento.

Quadro I: Relação do volumes dos periódicos de Geografia consultados na pesquisa bibliográfica

Boletim Paulista de Geografia (ano, nº)	1949-61 (1-28, 30-39); 1964-68 (40-45); 1971-74 (46-49); 1976-80 (50-57); 1982 (59); 1983/84 (60-61); 1985-1992 (62-71); 1994 (72-73); 1996 (74); 1998-2001 (75-79)
Revista de Geografia da UNESP/SP	1982, 1; 1983, 2; 1984, 3; 1985, 4; 1986/87, 5/6; 1988, 7; 1989/1990, 8/9; 1991, 10; 1992, 11; 1993, 12; 1996, 13
Boletim Goiano de Geografia – Goiânia – UFG	1981-v1, nº01; 1981-v1, nº02; 1982-v2, nº01; 1982-v2, nº02; 1983-v3, nº01e2; 1984-86-v4, nº01e02; 1987-88-v7/8, nº01 e 02; 1990-v8/8 nº01 e 02; 1991-v11 e nº01; 1992-v12 nº1; 1993-v3 nº01; 1994-v14, nº01; 1995-v15, nº01; 1996-v16, nº01; 1997-v17, nº01; 1998-v18, nº01; 1999-v19, nº01; 1999-v19, nº02; 2000-v20, nº01; 2001-v21, nº01; 2002-v22, nº01; 2002-v22, nº02; 2003-v23, nº01; 2003-v23, nº02; 2004-v24, nº01; 2005-v25, nº01; 2006-v26, nº01; 2006-v26, nº02; 2007-v27, nº01; 2007-v27, nº02; 2007-v27, nº03; 2008-v28, nº01; 2008-v28, nº02; 2009-v29, nº01; 2009-v29, nº02; 2010-v30, nº01.
Campo-Território:	2006-v1, nº01; 2006-v1, nº02; 2007-v2, nº03; 2007-v2, nº04; 2007-v3, nº05; 2008-

revista de geografia agrária – USP	v3,n°06; 2009-v4,n°07; 2009-v4,n°08; 2010-v5,n°09; 2010-v5,n°10.
Revista de Geografia. Recife: UFPE	Vol. 22, No 1 (2005); Vol. 22, No 2 (2005); Vol. 23, No 3 (2006); Vol. 23, No 2 (2006); Vol. 23, No 1 (2006) ; Vol. 24, No 3 (2007); Vol. 24, No 2 (2007);Vol. 24, No 1 (2007); Vol. 25, No 3 (2008); Vol. 25, No 2 (2008);Vol. 25, No 1 (2008);Vol. 26, No 3 (2009): Vol. 26, No 2 (2009): 2010-Vol. 27, No 12010-Vol. 27, No 1.
Caminhos de Geografia – UFU	V. 1, N. 1 (2000); V. 2, N. 2 (2001); V. 2, N. 3 (2001); V. 2, N. 4 (2001); V. 3, N. 7 (2002);v.3,n.5 (2002); v.3,n.6 (2002); v.3,n.7 (2002); v.4,n.8 (2003); v.4,n.9 (2003); v.4,n.10 (2003); v.5,n.11 (2004); v.5,n.12 (2004); v.5,n.13 (2004); v.6,n.14 (2005); v.6,n.15 (2005); v.6,n.16 (2005); v.7,n.17 (2006); v.7,n.18 (2006); v.7,n.19 (2006); v.8,n.20(2007); v.8,n.21(2007); v.8,n.22(2007); v.8,n.23(2007); v.8,n.24(2007); v.9,n.25(2008); v.9,n.26(2008); v.9,n.27(2008); v.9,n.28(2008); v.10,n.29(2009); v.10,n.30(2009); v.10,n.31(2009); v.10,n.32(2009); v.11,n.33(2010); v.11,n.34(2009);
Revista do Departamento de Geografia – USP	Nº 14;Nº 15; Nº 16; Nº17; Nº 18; Nº19
Revista Eletrônica de Geografia: Estudos Geográficos	Vol. 1, No 1 (2003); Vol. 1, No 2 (2003); Vol. 2, No 2 (2004); Vol. 2, No 1 (2004); Vol. 3, No 2 (2005);Vol. 3, No 1 (2005); Vol. 4, No 1 (2006); Vol. 4, No 2 (2006); Vol. 5, No 1 (2007); Vol. 5, No 2 (2007); Vol. 6, No 1 (2008); Vol. 6, No 2 (2008).

A autora Helena Angélica de Mesquita² (2000, 2008a, 2008b) levantou a temática ruralista nos estudos “*Os meninos vão à luta*”; “*Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social*”; “*A luta pela terra no país do latifúndio: quando um conflito por terra se torna um massacre contra trabalhadores: Rondônia, 1995*” são três textos que discutem o Massacre de Corumbiara e os conflitos gerados pela exclusão no campo e que demonstram preocupação com o contexto político além de contextualizar a surgimento da União Democrática Ruralista (UDR) como sujeito político na complexa questão agrária brasileira.

No primeiro trabalho “*Os meninos vão à luta*” a autora analisou a inserção dos “jovens, quase meninos” no Massacre de Corumbiara, ocorrido em 09 de Agosto de

² Além destes três trabalhos Helena A. Mesquita (1991) em “*A modernização da Agricultura: um caso em Catalão*” a autora analisa detalhadamente o caso da aquisição das terras pela empresa capitalista Fazenda Maringá fará uma análise detalha as fazendas a passagem dos donos que além de discutir a política, escreve que “*Catalão foi palco de lutas sangrentas e conflitos violentos por questões políticas sociais e econômicas, mas o pano de fundo sempre foi a questão das terras, principalmente posse e a propriedade de grandes fazendas*” embora a autora não se detenha às questões da política local. (BGG.11(1). 56-59 jan/dez. 1991)

1995³, e demonstrou uma preocupação com o contexto político do Governo Fernando Henrique Cardoso reforçando a importância das questões da política na questão agrária no Brasil:

(...) Questão agrária, no sentido mais amplo, que vai, além da própria reforma agrária, que no dizer de José de Souza Martins, seria a solução da questão, daquela que diz respeito às políticas agrícolas e agrárias e até mesmo ambientais que acabam por privilegiar o latifúndio. (MESQUITA,2000:10)

Também citou a participação do deputado Daniel Pereira/PT de Rondônia (atualmente no PSB), (representante da Assembléia Legislativa e do Executivo na comissão formada para resolver o impasse da ocupação da Fazenda Santa Elina, Corumbiara/RO. A comissão também incluía o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto de Terras de Rondônia (ITERON).

No caminho da discussão do massacre de Corumbiara os textos *“Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social”*, e, a *“A luta pela terra no país do latifúndio: quando um conflito por terra se torna um massacre contra trabalhadores. Rondônia, 1995”* apresentaram a questão ruralista através da ação da UDR.

Para se compreender que tais pressupostos são mais compatíveis com a realidade brasileira, basta ver os sujeitos sociais e políticos que se apresentam como a UDR, o MST, os posseiros, os índios, os grileiros, os colonos, os latifundiários, os ruralistas etc., evidenciando que a questão é mais complexa do que parece. (...) A “Nova República” (1985) já nasceu velha, velha e rançosa, pois a nova “arrumação” do poder continuou calcada na influência dos latifundiários que para legitimar a violência no campo criaram a União Democrática Ruralista (UDR) para contrapor ao MST e à maioria da sociedade, na Constituinte. A UDR, gestada quando Iris Rezende era Ministro da Agricultura,

³ No artigo *“Corumbiara: o massacre dos camponeses. Rondonia/Brasil 1995”* publicado na Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Scripta Nova - Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 119 (41), 1 de agosto de 2002. Periódico (internacional) que não analisei nos levantamentos, Helena Mesquita realça as ações políticas e além do Deputado estadual Daniel Pereira, se refere a participação omissa com relação ao massacre, do Governador de Rondônia Valdir Raupp de Matos (PMDB/RO), atual senador pelo estado.

1985, teve como seu primeiro presidente o médico ortopedista Ronaldo Caiado. Este deputado federal votou contra o *impeachment* de Collor e faz parte de uma sangrenta oligarquia agrária de Goiás (SILVA, 1991, p. 47). A UDR utilizava uma retórica modernista, em um fantástico poder midiático que o dinheiro lhe conferia, procurava convencer até pequenos produtores a empunhar a bandeira da integridade pessoal, a propriedade, a moral e contra a corrupção. A UDR prosperou rapidamente e atingiu o seu principal objetivo, que foi interferir na Constituinte, e foi sob esta influência que a proposta de reforma agrária, inserida na Constituição de 1988, não correspondeu aos anseios de milhões de trabalhadores que não puderam “marchar sobre Brasília” para fazer ouvir suas vozes. Com a criação da UDR, institucionalizou-se o crime no campo, pois foi grande o envolvimento dela com a violência e sua ingerência também na impunidade. (Idem, 2008:127-142)

Enquanto isso, no estudo “*As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX*”, Elir Battisti (2006) discutiu a luta pela posse da terra, no Sudoeste, colocando como dois marcos fundamentais desta disputa a Revolta de 1957 e os conflitos da década de 1980. Em ambos o autor destacou a ação política e a atuação dos expoentes ruralistas, frente a estes dois contextos.

Na Revolta de 1957 (*Revolta Camponesa, Levante dos Possesiros* ou *Revolta dos Colonos*) início da colonização enfatizou a ação do Governador Moisés Lupion⁴, que de acordo com o autor, o marco estava na criação do Território Federal do Iguazu e a instalação da Colônia Agrícola General Osório (CANGO), no início da década de 1940, projetados para promover a colonização dirigida ao longo da fronteira com a Argentina.

Para Veronese (1998, p. 71), a iniciativa e a organização da Revolta foi obra dos colonos possesiros, a partir da constatação da ausência de uma ação do Estado para efetivá-los como

⁴ O ex-governador Moisés Lupion é avô do agropecuarista e deputado federal membro da bancada ruralista, Abelardo Lupion (DEM/PR), que está no quinto mandato. Fundador e Presidente, da UDR no estado do Paraná (1987-1990) e foi indicado pelo DIAP, por treze vezes como um dos “100 Cabeças do Congresso Nacional”.

proprietários legais das terras que vinham explorando (...) Segundo Wachovicz, os planejadores do *Levante* e expulsão das companhias colonizadoras, foram Edu Potyguara Bublitz e o Senador opositor Othon Maeder (UDN). Para esse autor (1987, p. 190), a intenção dos planejadores da revolta era provocar a intervenção Federal no Paraná, derrubando Lupion – considerado conivente com a situação - e expulsando as companhias colonizadoras. (...) A disputa pelas terras do Sudoeste agravou-se depois da vitória jurídica de José Rupp, em 1945, numa ação iniciada dezoito anos antes, contra a empresa *Brazil Railway Co.*, que não lhe pagara os dormentes fornecidos. Como a *Brazil Railway Co.* havia sido encampada pelo governo Federal em 1940, o crédito de Rupp era junto ao Poder Público Federal. Frustradas várias tentativas de acordo, Rupp aliou-se a Mário Fontana, amigo do Governador Lupion, que exercia influência junto ao Governo Federal, criando a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) com a finalidade de colonizar o Sudoeste.

Diante da repercussão da escritura passada à CITLA que se referia a 475.200 ha, e incluía o território da CANGO, com mais de 3 mil colonos assentados, além das sedes dos distritos de Francisco Beltrão, Santo Antônio e Capanema, a oposição reagiu:

A oposição estadual, liderada pelo PTB, denunciou a negociata, obtendo grande repercussão na imprensa nacional. Em função disso, o Tribunal de Contas da União negou o registro da escritura à CITLA, alegando inconstitucionalidade.(...)

(...) Para sustentar a negociata, o Governo Lupion criou um Cartório de Registro de Títulos e Documentos em Santo Antônio do Sudoeste, no qual a escritura pôde ser devidamente registrada, antes que o ofício chegasse. (BATTISTI,2006:69)

Segundo Battisti os conflitos da década de 1980 tem a retomada da luta pela terra, no Sudoeste do Paraná, em 1983, quando seiscentos e cinquenta famílias de “sem

terra” da região Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina ocuparam 4 mil hectares de terras da “Fazenda Annoni” - localizada no município de Marmeleiro/PR).

(...). Os resultados das mobilizações e a realidade local fizeram o movimento expandir-se rapidamente, saltando de 9 municípios organizados/articulados, em 1985, para 20, apenas um ano depois. Nesse período, os latifundiários do Paraná, a partir da visita de Ronaldo Caiado - futuro coordenador nacional -, organizaram-se e formaram a União Democrática Ruralista (UDR), com a intenção de, aliados a setores do Estado e a grupos paramilitares, reprimir e isolar o movimento, cortando o apoio da sociedade. Para o movimento, este foi o recomeço de uma aliança entre governos, forças repressivas e fazendeiros, desta vez, para contê-lo. Os despejos violentos, passaram a fazer parte da estratégia dos governantes. A repressão também veio sob a forma de lei e o Judiciário, com raras exceções, tornou-se instrumento para legitimar os despejos, processar e prender lideranças e militantes do movimento. (Ibidem,p.68-80)

No artigo “*Novos territórios da reforma agrária na Campanha Gaúcha*” Marcelo Cervo Chelotti (2010) discutiu o embate entre os ruralistas em São Gabriel/RS e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Na década de 1990, a Campanha Gaúcha tornou-se um grande foco de luta pela terra no Rio Grande do Sul. O deslocamento da luta pela terra para essa região constitui uma das estratégias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para conquistar novos territórios para a reforma agrária. No final do ano de 2008, o anúncio da aquisição de parcela da Fazenda Southall, localizada no município de São Gabriel, representou mais uma conquista do MST dentro do território latifundiário gaúcho, que fora considerada um símbolo de resistência da classe ruralista. Tornam-se, pois, evidentes as novas (re) configurações territoriais em curso na região. (...) Em função das constantes manifestações realizadas pelo MST na região,

objetivando pressionar o estado a realizar a desapropriação da Fazenda Southall e, com isso conquistar mais um assentamento na região, um grupo de vereadores do município de São Gabriel criou a Frente Parlamentar Ruralista (FPR), denominada antiinvasionista e de defesa do direito de propriedade. (CHELOTTI, 2010:220)

Fora do levantamento sistemático nos periódicos citados encontrei outros quatro (4) estudos que discutiram as práticas ruralistas.

Nos ANAIS do XX Encontro Nacional de Geografia Agrária localizei a referência ao artigo de (Barcellos e Barriel:2009) “*Práticas institucionais e grupos de interesse: a geograficidade da bancada ruralista e as estratégias hegemônicas no parlamento brasileiro*”. Neste trabalho os autores problematizam a baixa produção que priorizasse o exame da constituição das classes dominantes agrárias no país;

A análise do patronato rural brasileiro e suas representações políticas no plano das instituições do Estado, receberam impulso significativo nos últimos anos, desde as contribuições teóricas e metodológicas das Ciências Sociais, até as análises de cunho historiográfico e conjuntural apresentadas pela História. Contudo, num país como o Brasil, onde a “vocação agrária” e a tradi o rural são narrativas recorrentes em nossa sociedade,   no mínimo curioso encontrarmos um número restrito de trabalhos e aportes teóricos que priorizem o exame da constitui o das classes dominantes agrárias no país, bem como seus mecanismos de inser o nos canais institucionais do Estado (BRUNO, 1991; 1997; 2002; MENDONÇA, 2005a; 2005b). Nesses relevantes estudos, significativos de um movimento pioneiro no Brasil, a análise teórica encontra algumas limita es quando procura operacionalizar seus procedimentos te ricometodol gicos deslocados de uma *dimensão geográfica* e dos *processos espaciais*, até porque esses trabalhos estão alicerçados em outros referenciais epistêmicos. Nesse sentido, observa-se uma tendência sutil em considerar o *espaço*

geográfico como um simples acessório, um ente adicional e secundário das trilhas investigativas, como se o espaço geográfico não fosse uma *dimensão constitutiva do social*, e assim descolado temporal e historicamente dos processos sociais. (BARCELLOS E BARRIEL,2009:2)

Na dissertação de Rafael Medina Ribeiro (2009), “*Questão agrária e territórios em disputa: embates políticos entre agronegócio e agricultura camponesa/familiar — década de 2000*” e no artigo sobre a mesma pesquisa, publicado nos ANAIS do 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa, no texto de Ribeiro e Cleps Júnior (2008) “*Recente questão agrária e os modelos de desenvolvimento do campo brasileiro*” os autores trazem os elementos recentes que configuram a questão agrária brasileira e escrevem sobre a ação da Bancada Ruralista discutindo o embate político entre Bancada ruralista e Frente Parlamentar da Terra. Assim resumem o seu trabalho:

Os elementos que compõem ou expressam a questão agrária brasileira ao longo da década de 2000, evidenciam o embate existente entre dois modelos de desenvolvimento que se reproduzem no campo brasileiro: a agricultura camponesa e o agronegócio. Este tem se manifestado de forma bastante clara nos últimos anos, envolvendo uma diversidade de atores sociais, com destaque para as organizações sociais que representam a agricultura camponesa/familiar e o agronegócio e o poder público (executivo, legislativo e judiciário) nas esferas local, estadual e federal. No âmbito do Governo Federal e no Congresso Nacional, se constata a atuação de duas representações políticas organizadas: a bancada ruralista (Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária) e a Frente da Terra. (RIBEIRO E CLEPS JUNIOR, 2008:1-32)

Ribeiro (2009) reforça esta noção da pouca produção dos estudos sobre o ruralismo no Brasil ao afirmar que:

Embora a trajetória da bancada ruralista no cenário político brasileiro seja relevante — afinal, é porta-voz das classes rurais dominantes na arena político-institucional do Estado —, a

academia não tem se atido de modo sistemático à reflexão sobre esse ator político. É escassa a produção nos campos da história, sociologia, ciência política e geografia sobre assuntos associados com sua presença e atuação na vida política nacional na década de 1990 e nesta. (Ribeiro, 2009:67)

E, em nota à afirmação acima escreve “*Os trabalhos notórios de Mendonça (2006), Bruno (1997) e Silva (1989; 1987) enfocam o período anterior (1987–8), que alguns autores vêem como “fase embrionária” da bancada ruralista.*”(Ribeiro,2009:67). Para os antecedentes históricos da UDR e da Bancada Ruralista recorreram aos estudos de Bruno (1997; 2003; 2006; 2008), INESC (2000; 2007) e Mendonça (2005). Além de levantamentos da atuação legislativa dos parlamentares ruralistas, em outro capítulo escreveram sobre “*a ofensiva política dos ruralistas na legislação ambiental e no Código Florestal brasileiro*”⁵. Discutiram a repercussão da investida ruralista nas ações políticas das entidades ambientalistas e a contrapartida de setores organizados da sociedade civil no combate à aprovação de propostas dos parlamentares ruralistas.

Outra produção que tomei conhecimento fora do levantamento nos periódicos consultados foi artigo de Ariovaldo Umbelino de Oliveira “*A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*”⁶ neste texto ao traçar um percurso histórico da luta desenvolvida pelos camponeses pela terra no Brasil, no contexto da “Nova República” descreveu a mobilização dos latifundiários frente ao I Plano Nacional de Reforma Agrária (IPNRA) e o aumento da violência no campo a partir da ação da UDR.

A estatística dos mortos nas batalhas pela terra foi crescendo, dobrando, triplicando, quadruplicando. Nascia a UDR – União Democrática Ruralista, entidade que aglutinava os latifundiários na defesa de suas propriedades e na formação de um fundo para eleger congressistas constituintes para defenderem seus

⁵ Em (COSTA, 2007:73-77) há um capítulo discutindo a tramitação do projeto submetido como pauta da bancada ruralista - O Projeto de Lei 1876/99 que Propõe um Novo Código Florestal.

⁶ Ariovaldo Umbelino de Oliveira. “*A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*” Revista Estudos Avançados 15 (43), 2001. Pp. 185-206. Este contexto será aprofundado pelo autor nos capítulos “*O I PNRA e o governo da “Nova República”*” e “*A Constituinte de 1988 e a derrota do I PNRA*” In: *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*, Oliveira (2007).

interesses na Constituição. Ganham, e fizeram do capítulo da Reforma Agrária um texto legal de menor expressão que o próprio Estatuto da Terra. (...) Entretanto, a resposta do governo Fernando Henrique ao incremento dos conflitos foi o aumento da repressão policial. Este governo entra para a História marcado por um tipo de violência que não ocorrera ainda de forma explícita no Brasil: quem passou a matar os camponeses em luta pela terra foram as forças policiais dos estados. Os massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás são exemplos ocorridos no governo FHC. Ambos os massacres representam a posição das elites latifundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da Reforma Agrária. O apoio dos ruralistas à base de sustentação política do governo FHC tem tido como contrapartida duas práticas governamentais: a primeira, posição repressiva aos movimentos sociais; a segunda, no plano econômico, prorrogação – não se sabe até quando – das dívidas destes latifundiários, que não as saldaram. (...) Os massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás são exemplos ocorridos no governo FHC. Ambos os massacres representam a posição das elites latifundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da Reforma Agrária. O apoio dos ruralistas à base de sustentação política do governo FHC tem tido como contrapartida duas práticas governamentais: a primeira, posição repressiva aos movimentos sociais; a segunda, no plano econômico, prorrogação – não se sabe até quando – das dívidas destes latifundiários, que não as saldaram. (...) início à movimentação contrária dos setores ruralistas que faziam parte do governo da Nova República visando a impedir sua implantação. A violência no campo cresceu brutalmente, com a reação latifundiária emergindo liderada por Ronaldo Caiado. Para proceder a leilões de gado foi criada a UDR, que

praticamente “militarizou” os latifundiários visando frear a implantação do plano. Como consequência, houve uma sucessão de ministros no Ministério da Reforma Agrária, que culminou com a morte de Marcos Freire, e de toda a alta cúpula do Incra, no episódio do Aeroporto de Carajás no Sudeste do Pará, quando o avião em que estavam caiu. (...) No governo Collor, a UDR praticamente assumiu o controle da Reforma Agrária no Brasil. O ministro Antonio Cabrera Mano assumiu o Ministério da Agricultura e promoveu o abandono completo da Reforma Agrária. A queda de Collor e a ascensão de Itamar Franco praticamente nada mudou, pois ele era vice de Collor. Até 1994, o resultado da ação do Estado referente aos assentamentos rurais foi: de 1927 a 1963 foram assentadas em projetos de colonização no Brasil, oficialmente, 53 mil famílias; de 1964 a 1984, entre colonização e assentamentos, 162 mil famílias; de 1985 a 1994, foram assentadas 140 mil famílias. Estes dados permitem afirmar que a partir das políticas do Estado brasileiro nunca se implantou um política de acesso à terra aos camponeses. (OLIVEIRA,2001: 192-200)

Esta mesma referência foi citada na tese de Alexandra Maria de Oliveira "*A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará*"⁷, no capítulo que a autora escreveu sobre a Nova República e a questão fundiária.

Considero que estes textos debateram diretamente a temática da representação ruralista, ao analisarem estratégias de atuação das elites agrárias no poder institucionalizado em forma de organizações como a UDR, e frente a algum contexto de conflito com a classe camponesa. São exemplos, o caso do IPNRA ou nas questões da ocupação da Fazenda Santa Elina que resultou no Massacre de Corumbiara/RO, e, a ocupação da Fazenda Southall, de São Gabriel/RS, como também nos conflitos no sudoeste do Paraná como se deu na Revolta Camponesa de 1957. Eles expressam ainda através de relações pessoais e familiares que trazem no seu cerne as relações de classe

⁷ Oliveira, Alexandra Maria de. *A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará* - São Paulo,2005, 379 p.Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

que terão seus desdobramentos mais complexos para a questão agrária e a disputa de terras do país quando os sujeitos ocupam posições de poder na estrutura Estado e dispõem de favores políticos. Ou mesmo, quando formulam institucionalizam os interesses da classe na forma de uma União Democrática Ruralista e na forma de uma Frente Parlamentar da Agropecuária como Bancada Ruralista. Considero que apesar do pouco número de trabalhos, eles reúnem uma preocupação com as questões da ação política ruralista, ou a ação política da classe dos proprietários de terra. Sobretudo, no contexto e pós formação da UDR e da Bancada Ruralista.

Analiso que nos estudos de Geografia reunidos neste mesmo levantamento, a preocupação com as questões da representação da classe dos proprietários de terra não se restringem a esta produção. Embora a representação ruralista não apareça nas questões centrais de outros trabalhos, o termo ruralismo ou ruralista também não sejam expressos, há uma disposição para as questões vinculadas à ação política organizada dos proprietários de terra, pois há uma produção que discute as políticas agrícolas, o papel do Estado na implementação das mesmas, por esta razão é que apresento dentro da sistematização os trabalhos encontrados aqueles artigos que vão neste sentido. Quero ressaltar no debate, a importância que se deve dar no processo de desenvolvimento da agricultura capitalista no Brasil, o controle da estrutura burocrática legal do Estado pelas elites agrárias. Portanto, rereferenciarei esta produção que foi encontrada no referido levantamento.

Em “*A expansão Canavieira em Goiás e suas implicações sócio-econômicas-ambientais (exemplo de Santa Helena de Goiás)*” Mello e Cunha Santos (1984/85/86:63-75) destacam a significância assumida pelo Estado de Goiás com relação à expansão da agroindústria canavieira, que se constituiu em motivo de preocupação, o que exigiu na opinião dos autores um melhor conhecimento dessas implicações tendenciais. Os autores discutiram Leis e Decretos a partir de 1971 que favoreceram os grupos usineiros e a expansão destes grupos. Outro artigo que discute a questão da ação do Estado em Goiás, “*Fronteira e Conflito: O processo de ocupação de terras em Goiás*” de Cyro Lisita (1996), o autor traça os principais aspectos da apropriação das terras do estado de Goiás, desde as políticas implementadas pelo governo federal enfatizando as condições econômicas e, sobretudo políticas que as antigas e novas oligarquias que possibilitaram as oligarquias começarem de maneira

sistemática e organizada, e, seu processo de grilagem de terras no estado de Goiás. Além do destaque para a questão política na expansão da agricultura capitalista em Goiás, o autor identificou os interventores e às políticas assumidas por eles durante o governo. Deste mesmo autor Cyro Lisita em co-autoria com Denise Paiva Ferreira (LISITA; FERREIRA, 1997) o estudo *“A busca de mundos possíveis: democracia e reformas no Brasil”* discutem a reforma do Estado e a consolidação da democracia, argumenta que a transição da democracia favoreceu as mudanças institucionais e postergou a solução da crise do Estado. Discutiram a questão eleitoral e partidária, mas não escreveram especificamente sobre a bancada ruralista.

Outro texto que explicitou as vantagens políticas auferidas no processo de apropriação das terras no território brasileiro, devido à ocupação de cargos públicos ou posição de poder foi *“Conflito pela posse da terra, posseiros X a grande empresa Fazenda Pantanal de Cima”* de Ycarim Melgaço Barbosa (1989/90). O autor relatou o processo de passagem das terras públicas localizadas no Médio-Araguaia, às margens do Rio Javaés, para empresas e particulares, ao descrever os conflitos desencadeados entre posseiros. Ao analisar os trâmites políticos o autor relata inclusive o extremo da passagem de terras públicas para um genro do ex-presidente da república - Juscelino Kubistchek, através do Instituto do Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO).

Em a *“Ação do Estado na Produção do Espaço Rural: transformações territoriais”* Alencar e Menezes (2009) realizam uma sistematização acerca das políticas voltadas para a agricultura e agronegócio (1960-2008), analisam a ação do Estado, explicitam as políticas agrícolas e os governos, se concentram no debate do papel do Estado. Não foi foco da análise destas autoras, a discussão sobre os arranjos e as disputas internas na elaboração destas políticas, não mencionam os sujeitos elaboradores destas políticas. Outro trabalho que não determina os sujeitos sociais envolvidos foi o estudo de Sampaio (2010) *“Manipulação do Território: o agronegócio e o campesinato na Amazônia”*: Embora tenha mencionado que houve apoio dos parlamentares ao escrever *“que por força de vários parlamentares e do próprio governo estadual”*, mas não detalhou como o mesmo se deu.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010) no texto *“Agricultura e Indústria no Brasil”* escrito e publicado no início dos anos 80 e, novamente publicado em 2010, ressaltou a participação da classe no poder do Estado na representação dos setores

(agroindústria canavieira, silvicultor, oleaginosas, pecuária), através de decretos e criação de instituições que favorecem à agricultura monopolista percorreu sobre a atuação do Estado nos vários setores, sobre a agroindústria açucareira. E ainda identificou o papel do Estado e as instituições que foram criadas a serviço do monopólio capitalista da agricultura, detalhando a participação expansão da produção agropecuária, produção de oleaginosas e silvicultura.

Este trabalho⁸ demonstra a preocupação em deslindar a ação do Estado, ao identificar as políticas e as instituições que foram criadas no processo de expansão monopolista da agricultura capitalista no Brasil, em que na relação indústria e agricultura também estão envolvidas as relações com o Estado e que podem ser claramente identificadas.

Hespanhol (2010), em *“A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil”* ressaltou a importância de identificar quem são os agentes no Estado que promovem as políticas;

Também no caminho da identificação dos agentes que atuam no Estado, Antonio Thomaz Junior (2010) no texto *“O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI”* ressaltou a importância de identificar quem são os agentes no Estado que promovem as políticas. Apresentou procedimentos que passam pela política no estado de São Paulo.

Outro texto que traz a discussão das políticas públicas é artigo de ALBANO e SÁ (2008) *“Políticas públicas e globalização da agricultura no Vale do Açu-RN”*. O autor discutiu o processo histórico de implementação das políticas públicas voltadas para a inserção de uma região semi-árida - o Vale do Açu-RN- na globalização da agricultura através da fruticultura irrigada” embora não mencionasse as articulações políticas que resultaram na implantação das mesmas.

Encerro esta exposição dos trabalhos que discutem políticas agrícolas mencionando o texto *“O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80”* de Lilian Leandra Silva (2000) que traçou um resgate das políticas agrícolas de ocupação do Cerrado implementadas pelo Estado,

⁸ Este texto foi publicado originalmente em: Boletim Paulista de Geografia, Nº 58, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, set. 1981, p. 5-64. E neste volume da Revista Campo território. Foi publicado em 2010 como Textos Clássicos.

apresentando os programas que promoveram a capitalização da agricultura no Cerrado, Leis, Decretos e Instituições criadas. Não se referiu aos políticos e articulações.

Considerações: ação política e ruralismo na vereda de um debate

Este procedimento de buscar uma produção na Geografia que contivesse a ação ruralista e seus desdobramentos como questão central a ser estudada, leva-me a discutir dois aspectos que considero relevantes.

O primeiro aspecto é devido, a dificuldade de encontrar a melhor forma de proceder a exposição dos estudos encontrados e de saber que há uma enorme possibilidade de não ter aí citado todo o universo dos trabalhos produzidos e publicados em teses e dissertações, congressos, simpósios, conferências, e demais publicações em que os geógrafos e geógrafas brasileiras devem ter citado, questionado ou manifestado alguma preocupação com os rumos que as elites agrárias tem dado à condução da política agrária e agrícola no país. Penso que esta é uma preocupação já existente na Geografia Agrária, embora os sujeitos da política pareçam não estar na centralidade desta discussão, e para as temáticas estudadas na Geografia Agrária existem outras questões que ocupam esta centralidade do debate, por haver materialidades mais evidentes nas contraditórias relações capitalistas que se desenvolvem no Brasil, uma vez que os desdobramentos que as relações de poder e política evidenciam nos conflitos com a classe camponesa e com a expansão capitalista da produção na agricultura. Daí penso que o estudo sobre a Bancada Ruralista possa contribuir para as análises da Geografia Agrária, quando desvenda a condição material dos parlamentares que a compõem (políticos-proprietários de terras), e a complexa inserção destes sujeitos na dinâmica da expansão dos monopólios da agricultura, bem como no processo de expansão do capitalismo rentista no território brasileiro.

Vimos que a discussão predomina nos artigos publicados nos periódicos, Campo Território (Departamento de Geografia da USP) e no Boletim Goiano de Geografia de Goiás (BGG), e vejo com ressalvas não ter encontrado nas produções analisadas, trabalhos voltados para a questão ruralista no nordeste, região onde são fortes as questões da tradição e do domínio político dos grandes proprietários de terra. Cabe então investigar melhor o que foi produzido nos cursos de pós-graduação de Geografia

nos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Sergipe, etc., pois as publicações da Revista de Geografia da UFPE consultadas não foram suficientes para esgotar esta preocupação.

O segundo aspecto está ligado à esta máxima acerca da ausência de produção sobre o ruralismo no Brasil. Não se pode negar que após o surgimento da União Democrática Ruralista e da Bancada Ruralista, a projeção do movimento ruralista no cenário político agrário e midiático, despertou maior interesse na academia acerca da temática ruralista. Ou seja, como já mencionado, apesar do pouco número de trabalhos, eles reúnem uma preocupação com as questões da ação política ruralista, ou a ação política da classe dos proprietários de terra. Sobretudo, pós formação da UDR e da Bancada Ruralista. Ou seja, o ruralismo como “movimento político de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária”, gestado ao longo da Primeira República, pode não constituir uma preocupação dos estudos de Geografia Agrária, mas a ação da UDR e da Bancada Ruralista, penso que é possível afirmar que, está em curso uma produção voltada para análise destes sujeitos, mesmo que de forma adjacente às questões centrais pesquisadas. E quando analisadas na Geografia aparecem, em geral, descoladas do “movimento ruralista” diferente do que se observa nas interpretações da Sociologia e da História, que fizeram a análise destas duas formas de organização como um desdobramento do ruralismo num contexto específico da questão agrária no Brasil ou como o desdobramento que realça um continuísmo ou ressurgimento da força do ruralismo.

O segundo cuidado, fonte de preocupação nesta investigação é o de não reafirmar uma tautologia da ausência dos estudos sobre o ruralismo na Geografia, pois considero que podem ter sido feitas análises que levem em conta as ações organizadas dos latifundiários, as articulações políticas na estrutura jurídico-política do Estado embora, não utilize o conceito de ruralismo. Cabem mais estudos sobre este ponto.

Na monografia “Do curral ao plenário: a articulação dos deputados mineiros na bancada ruralista do Congresso Nacional” (Costa:2007) obtive os primeiros resultados sobre a ação dos ruralistas no estado de Minas Gerais, com o foco na questão da política de curral eleitoral e de estratégias em defesa dos projetos voltados para a expansão do agronegócio. Nos trabalhos acima levantados encontram-se as produções que encontrei na Geografia sobre os parlamentares ruralistas, e a UDR. E, com os resultados desta pesquisa, ainda em curso, sobre a ação da Bancada Ruralista na questão agrária no

Brasil almeja-se ampliar as possibilidades de mais análises sobre a questão dos parlamentares (deputados federais e senadores) ruralistas e para o entendimento das relações capitalistas na agricultura e a apropriação contraditória do território no modo capitalista de produção. Como também, para o entendimento da apropriação da renda da terra e a concentração da terra pelos parlamentares ruralistas, e assim evidenciar a inserção dos mesmos no processo de “monopolização do território” e “territorialização dos monopólios pela agricultura”.

Por fim, as análises sobre os ruralistas devem também legar uma preocupação aos sujeitos sociais e suas condicionantes históricas nos países da América Latina, como se sabe nos territórios da Argentina e da Colômbia, a representação ruralista costura os acordos e imposições políticas e econômicas visando expandir a produção de commodities. Deslindar as peculiaridades do ruralismo na América Latina se coloca como uma vereda.

Referências Bibliográficas

ALBANO, Gleydson Pinheiro e SÁ, Alcindo José de. Políticas públicas e globalização da agricultura no Vale do Açu-RN. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE DCG/NAPA, v. 25, n. 2, (58-80) mai/ago. 2008

ALENCAR, Maria Tereza de e MENEZES, Ana Virgínia Costa de. AÇÃO DO ESTADO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL: transformações territoriais. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.4, n.8, p.121-147, ago. 2009.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. “Conflito pela posse da terra, posseiros X a grande empresa Fazenda Pantanal de Cima” In: **Boletim Goiano de Geografia**, 9 e 10 (1-2), 121-126, jan./dez.1989/90.

BARCELOS, E. A. S. e BARRIEL, M. C. “Práticas institucionais e grupos de interesse: a geograficidade da bancada ruralista e as estratégias hegemônicas no parlamento brasileiro” XIX ENGA, São Paulo, 2009

BATTISTI, Elir AS DISPUTAS PELA TERRA NO SUDOESTE DO PARANÁ: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

BRUNO, Regina Landim. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

BRUNO, Regina Landin. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 284–310, jul./dez. 2003.

BRUNO, Regina Landin. A grande propriedade fundiária ontem e hoje. Quais as razões para tanto poder e tanta intolerância dos proprietários? In: MELO, João Alfredo Telles (Org.). **Reforma Agrária quando?** Brasília: Senado Federal, 2006.

BRUNO, Regina Landim. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES. B. M (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 83–105.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Novos territórios da reforma agrária na campanha gaúcha. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 194-225, ago. 2010

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **Do curral ao plenário: a articulação dos deputados mineiros na bancada ruralista do Congresso Nacional**, Monografia de conclusão de curso de bacharelado em Geografia pelo Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, 2007.

FARIAS, Cleilton Sampaio de. MANIPULAÇÃO DO TERRITÓRIO: o agronegócio e o campesinato na Amazônia. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 9, p. 51-70, fev., 2010

HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 123-147, ago. 2010.

INSTITUTO DE ESTUDO SOCIOECONÔMICOS/INESC. **A bancada ruralista: legislatura 1999–2002.** Brasília, 2000.

INSTITUTO DE ESTUDO SOCIOECONÔMICOS/INESC. Bancada ruralista: o maior grupo de interesse do Congresso Nacional. **Brasília**, outubro, ano VII, n. 12. 2007.

LIMA, Silvana Lúcia da Silva. ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E O PAPEL DO ESTADO NA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO SERTÃO NORDESTINO. IN: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.4, n. 7, p. 140-166, fev. 2009.

LISITA, Cyro. Fronteira e conflito: o processo de ocupação das terras de Goiás. In: **Boletim Goiano de Geografia**, 16(1):29-40, jan./dez.1996.

LISITA, Cyro e FERREIRA, Denise Paiva. A busca de mundos possíveis: democracia e reformas no Brasil. In:**Boletim Goiano de Geografia Goiânia**,17(1):21-31, jan/jun.1997

MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. **História e Perspectiva**, Uberlândia: Edufu, v. 32, n. 33, p. 91–132, jan./jul./ago./dez. 2005.

_____. **A classe dominante agrária: natureza e comportamento.** 1964/1990. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MESQUITA, Helena A. “A modernização da Agricultura: um caso em Catalão”, IN: **Boletim Goiano de Geografia**. 11(1). 56-59 jan/dez. 1991

_____. Corumbiara: o massacre dos camponeses. Rondonia/Brasil 1995. In: **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Scripta Nova** - Universidad de Barcelona. 2002, Vol. VI, núm. 119 (41),

_____. Os meninos vão à luta; In:**Boletim Goiano de Geografia Goiânia**. 20 (1-2): 09-17. Jan./dez.2000

_____. Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social; In: **Boletim Goiano de Geografia Goiânia** v. 28 n. 1 Pp. 127-142 jan. / jun. 2008^a.

_____. A luta pela terra no país do latifúndio: quando um conflito por terra se torna um massacre contra trabalhadores. Rondônia, 1995 In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.3, n. 6, Pp. 109-124, ago. 2008b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. AGRICULTURA E INDÚSTRIA NO BRASIL -. **Boletim Paulista de Geografia**, Nº 58, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, set. 1981, Pp. 5-64.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados** 15 (43), 2001. Pp. 185-206.

_____. AGRICULTURA E INDÚSTRIA NO BRASIL. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n.10, Pp. 5-64, ago. 2010.

RIBEIRO, Raphael Medina e CLEPS JÚNIOR, João. Recente questão agrária e os modelos de desenvolvimento do campo brasileiro. **4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa**, São Paulo, Pp. 927-951, 2008

SILVA, Augusto César Pinheiro da. AS ESTRATÉGIAS DE MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL FLUMINENSE: técnica, planejamento e gestão no campo do Rio de Janeiro **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, Pp. 92-122, ago. 2006.

SILVA, Lilian Leandra. O papel do estado no processo de ocupação das áreas de cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Caminhos de Geografia** 1(2)24-36, dez/ 2000

SOUZA, Marcos Antonio de. A dinâmica territorial do agronegócio canavieiro e o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar: notas para um debate. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 148-167, ago. 2010.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **CAMPO TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.